

continuação...

NOV Flexibles Equipamentos e Serviços Ltda.

CNPJ nº 13.812.133/0001-04

mento e mensuração - Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada, quando aplicável. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Sociedade inclui: • O custo de materiais e mão de obra direta. • Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração. • Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis. 3.5.2. Custos subsequentes - Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Sociedade. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado. 3.5.3. Depreciação - Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja certo que a Sociedade obterá a propriedade do bem ao final do arrendamento. Terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização. As taxas de depreciação, calculada com base nas vidas úteis estimadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 são as seguintes:

Ativos	Taxas
Benfeitorias em bens de terceiros	4%
Instalações	10%
Máquinas e equipamentos	10%
Móveis e utensílios	10%
Equipamentos de comunicação	20%
Veículos	20%
Equipamentos de informática	20%
Software	20%

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revisados a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. 3.6. Adiantamento de clientes - O reconhecimento da receita (e dos custos) é feito pelo método de percentagem completada. Segundo este método, caso a fase de execução física da construção seja superior ao que seria correspondente aos adiantamentos realizados pelos clientes, as contas a receber é apresentado no balanço patrimonial líquido dos respectivos adiantamentos. Caso seja inferior, é apresentado um passivo denominado de adiantamentos de clientes ou quando recebido antecipadamente de acordo com contrato específico. 3.7. Receitas financeiras e despesas financeiras - A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos. Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida. 3.8. Imposto de renda e contribuição social - O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação dessas demonstrações financeiras. ICPC 22 - Incertezas sobre Tratamento de Impostos - Na avaliação da sociedade, não foram identificados impactos nas

Demonstrações financeiras em decorrência da adoção do ICPC 22 Incerteza sobre Tratamento de Tributos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021. CPC 06 (R2) - Direito de Uso - A Sociedade como arrendatária, reconheceu os ativos de direito de uso que representam seus direitos de utilizar os ativos subjacentes e os passivos que representam sua obrigação de efetuar pagamentos de arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo. A depreciação é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente dos contratos. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento que não foram pagos na data de início, descontados pela taxa de juros incremental, que é definida como a taxa equivalente ao que o arrendatário teria que pagar ao financiar, por prazo semelhante e com garantia semelhante, para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso no mesmo ambiente econômico. A Sociedade optou por não reconhecer os ativos de direito de uso e os passivos de arrendamento para arrendamentos de baixo valor, bem como os curto prazo conforme permitido na norma. A taxa adotada pela administração foi de 11,11% ao ano com uma taxa mensal de 0,88% (9,57% base nominal, risco de crédito 1,6% e garantia de 0,07% negativo). 4. Caixa e equivalentes de caixa: O saldo em caixa e equivalentes de caixa refere-se aos valores em caixa, conta corrente no Banco do Brasil, Banco Itaú, Banco Rendimento e Citibank.

	2021	2020
Caixa	-	2
Banco conta movimento (a)	7.210	46.066
Contas a receber em trânsito	-	5.183
Aplicação financeira	6.700	8.201
	13.910	59.452

(a) 92% deste valor refere-se à depósitos no Banco Wells Fargo em dólares convertido à taxa corporativa do final do exercício. As aplicações financeiras são classificadas como caixa e equivalentes de caixa, mantidas no Banco Itaú e Banco do Brasil, possuem liquidez diária, sendo os seus valores de mercado similares aos valores registrados contabilmente, sem risco significativo de alteração de valor e podendo ser resgatadas a qualquer momento sem qualquer penalidade. Essas aplicações financeiras são remuneradas com base na variação do Certificado de Depósito Interbancário. 5. Contas a receber e adiantamento de clientes: Os valores de contas a receber são os demonstrados abaixo:

	2021	2020
Receita a faturar de Projetos (b)	433.114	434.473
Contas a receber (a)	24.797	58.675
Contas a receber	457.911	493.148

Os valores de adiantamento de clientes são os demonstrados abaixo:

	2021	2020
Adiantamento de projetos - POC (b)	-	2.567
Adiantamento de projetos - Não POC (c)	58.811	-
Adiantamento de clientes	58.811	2.567

(a) 95% refere-se ao contas a receber da Petrobras. (b) Não se aplica mais devido a mudança nos contratos com a Petrobras onde o recebimento ocorrerá somente ao final/conclusão do projeto. (c) Adiantamento de um projeto inter-company. 6. Estoques: Os valores dos estoques são demonstrados abaixo:

	2021	2020
Produto acabado (a)	50.495	21.276
Em elaboração (d)	2.127	51.950
Matéria-prima (b)	73.896	70.927
Provisão para obsolescência	(11.666)	(16.442)
Matéria-prima em trânsito (c)	7.752	8.000
	122.604	135.711

(a) Refere-se à tubulação que ainda encontra-se no processo produtivo, não estando pronta para entrega ao cliente final e de acordo com o prazo pre estabelecido em cada projeto. (b) Refere-se aos polímeros, carcaças, entre outros, utilizados diretamente no processo de produção da tubulação flexível. (c) Refere-se às importações de matéria prima em andamento. (d) A previsão de entrega está para o segundo trimestre, dependendo apenas da solicitação do cliente. 7. Imobilizado: Os valores dos ativos imobilizados são demonstrados a seguir:

	2021	2020
Em 1º/01/2020	156.630	27.942
Adições	-	-
Transferências	-	1.053
Baixas	-	(1.017)
Em 31/12/2020	156.630	28.995
Adições	-	-
Transferências	-	-
Baixas	-	(13)
Em 31/12/2021	156.630	28.995
Depreciação	-	-
Em 1º/01/2020	(33.024)	(12.926)
Depreciação anual	(6.262)	(2.847)
Em 31/12/2020	(39.286)	(15.773)
Depreciação anual	(6.262)	(2.900)
Em 31/12/2021	(45.548)	(18.673)
Valor contábil	-	-
Em 31/12/2020	117.344	13.222
Em 31/12/2021	111.082	10.322

8. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos: Imposto de renda e contribuição social corrente: Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do exercício são demonstrados como segue:

	2021	2020
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(49.854)	237.316
Alíquota fiscal nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social	-	80.687
Adição	79.428	98.080
Provisões	64.837	82.234
Despesas não dedutíveis	12.558	6.755
Varição cambial	278	7.552
Operações de hedge não realizadas	1.755	1.539
Exclusão	(86.731)	(99.175)
Reversão de provisões	(63.917)	(74.465)
Varição cambial	(523)	-
Lei do Bem - Benefício de Inovação Tecnológica	-	(833)
Operação de hedge	(2.602)	(3.065)
Juros sobre capital próprio	-	(18.118)
Receita fiscal (Reintegra)	(19.689)	(2.694)
Base IRPJ	(57.157)	236.221
Base CSLL	(57.693)	236.117
Calculo IRPJ com adicional e redução de PAT	-	58.110
Contribuição social	-	21.251
Imposto de renda e contribuição social corrente	-	79.361
Utilização do diferido	-	(5.224)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	-	74.137
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	79.361
Imposto de renda e contribuição social diferido	19.717	(5.224)
	19.717	74.137

A alíquota nominal para o imposto de renda pessoa jurídica é de 15%, acrescidas de 10% de adicional acima de R\$ 240 e para a contribuição social é de 9%. Não sendo devido para o ano de 2021 o valor de IRPJ e CSLL, conforme resultado apresentado sendo de prejuízo. Imposto de renda e contribuição social diferidos - Foram efetuadas provisões para imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias, para fins de tributação, de diferenças da variação cambial das operações e sobre prejuízo fiscal. A companhia tem uma expectativa de utilizar o crédito do diferido ao longo dos próximos 5 anos.

Períodos	31/12/2021
2022	12.900
2023	12.900
2024	7.550
2026	-
2025	-
Total	33.350

O cálculo dos tributos diferidos é demonstrado conforme abaixo:

	2021	2020
Prejuízo fiscal	57.157	-
Temporário anos anteriores	40.932	40.099
Provisão/Reversão de despesas	(920)	(7.769)
Varição cambial ativa (operações não liquidadas)	278	7.553
Resultado abrangentes de operações de hedge	639	1.359
	98.086	41.242
IRPJ diferido (25%)	24.522	10.310
CSLL diferido (9%)	8.828	3.712
Tributos diferidos ativos	33.350	14.022
Saldo inicial	14.022	8.252
Reconhecimento IRPJ e CSLL diferido	-	-
outros resultados abrangentes	(389)	546
Incremento do IRPJ e CSLL diferido	19.717	14.022
Saldo final	33.350	14.022

9. Impostos e contribuições a recuperar e a recolher: Os valores de impostos e contribuições a recuperar no ativo circulante são os demonstrados abaixo:

	2021	2020
IR/CS a compensar (c)	9.860	834
IPI a recuperar (a)	13	575
PIS a recuperar (a)	316	263
COFINS a recuperar (a)	1.801	1.222
Outros impostos a recuperar (b)	8.406	6.679
Impostos e contribuições a recuperar - ativo circulante	20.396	9.573

(a) O referido valor corresponde ao IPI, PIS e a COFINS sobre a compra de matéria-prima e ativos imobilizados, os quais esperam-se ser consumidos no próximo exercício. (b) O valor referido como outros impostos a recuperar refere-se basicamente ao ICMS a ser recuperado de compras de matéria-prima importada. (c) IRPJ e CSLL retidos por clientes durante o exercício. Os valores de impostos e contribuições a recolher no passivo circulante são demonstrados abaixo:

	2021	2020
IRRF sobre salários	962	773
ICMS a recolher	415	113
ISS a recolher	37	2
IRPJ e CSLL a recolher	-	33.341
Outros impostos a recolher	232	1.660
Impostos e contribuições a recolher - passivo circulante	1.646	35.889

10. Fornecedores: Os valores de fornecedores são os demonstrados abaixo:

	2021	2020
Fornecedores nacionais	19.523	16.671
Fornecedores estrangeiros	9.376	11.204
	28.899	27.875

11. Contas a pagar com partes relacionadas: 11.1 Contas a receber e a pagar

	2021	2020
Remuneração e benefícios	1.130	938
	1.130	938

15. Receita líquida: Segue abaixo composição da receita e suas deduções:

	2021	2020
Receita de venda	512.149	597.971
Revenda de mercadoria	9.780	-
Venda intercompanhia	53.597	51.191
Venda de resíduo (a)	3.508	830
Receita de serviços	7.341	11.112
Devolução de venda	(2)	(17)
Impostos incidentes (b)	(3.567)	(1.265)
	582.806	659.822

(a) Refere-se a sobras de atividade de produção, principalmente de aço. (b) ICMS, IPI, PIS, Cofins, sobre revenda e ISS sobre serviços prestados. 16. Custo das vendas: Segue abaixo a demonstração do custo da mercadoria vendida:

	2021	2020
Custo das mercadorias vendidas	(396.579)	(296.285)
Custo dos serviços prestados	(6.467)	(2.081)
Outros custos indiretos	(11.552)	(4.374)
	(414.598)	(302.740)

17. Despesas com pessoal

	2021	2020
Folha de pagamento	(28.144)	(24.927)
Benefícios a funcionários	(7.420)	(6.600)
Alimentação de funcionários	(8.438)	(6.468)
Transporte de funcionários	(5.748)	(4.978)
Provisão de reclamações trabalhistas	9	27
Outras despesas com pessoal	(1.980)	(1.434)
	(51.721)	(44.380)

18. Despesas gerais e administrativas

	2021	2020
Despesas com viagens	(583)	(728)
Despesas com seguros	(1.284)	(994)
Alugueis e locações de equipamentos	(663)	(709)
Manutenção e conservação	(730)	(897)
Despesas com escritório	(671)	(821)
Despesa com telefonia	(834)	(796)
Despesa com veículos e conservação da base	(4.750)	(3.423)
Provisão com contingências civis	-	(3.349)
Outras despesas administrativas	(909)	(201)
	(10.424)	(11.918)

19. Depreciação e amortização

	2021	2020
Despesa com depreciação benfeitorias em bens de terceiros	(5.705)	(5.705)
Despesa com depreciação instalações	(2.661)	(2.612)
Despesa com depreciação máquinas e equipamentos	(51.085)	(50.495)
Despesa com depreciação veículos	(15)	(35)
Despesa com depreciação Móveis	(367)	(370)
Despesa com depreciação equip. de informática	(185)	(136)
Depreciação de equipamentos de comunicação	(26)	(49)
Despesa de amortização	(10)	(41)
Amortização contrato de direito de uso de superfície fabril	(5.833)	(5.833)
Custo indireto de depreciação alocado no estoque	20.530	18.970
	(45.383)	(46.306)

20. Outras despesas operacionais

	2021	2020
Material para testes	(855)	(319)
Alugueis de equipamentos e gerais	(1.181)	(558)
Despesas de certificação	(2.379)	(446)
Serviços prestados e frete	(22.138)	(12.495)
Suprimentos e material com P&D	(20.622)	(29.075)
Impostos, taxas e contribuições	(1.338)	(929)
Energia elétrica e consumo de água	(4.622)	(6.516)
Royalties	(37.984)	(15.254)
Demais despesas operacionais	(3.447)	(2.598)
(-) Redutora das despesas indiretas	18.102	17.202
	(76.464)	(50.988)

21. Resultado financeiro

	2021	2020
Receitas financeiras	-	-
Rendimento de aplicação financeiras	2.273	907
Reintegra	19.689	2.693
Varição cambial ativa	2.310	57.960
Ganho operação de hedge	4.214	30.507
Outras receitas financeiras	46	260
	28.532	92.327
Despesas financeiras	-	-
Despesas de juros e multa	(1.033)	(511)
Impostos sobre operações financeiras	(4.033)	(3.244)
Varição cambial passiva	(39.695)	(17.358)
Perda operações de hedge	(10.298)	(29.846)
Juros de Leasing	(7.543)	(7.543)
	(62.602)	(58.502)
	(34.070)	33.825

Resultado financeiro líquido

	2021	2020
22. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos: Os ativos e passivos financeiros são determinados com base em informações de mercado disponíveis e metodologias de valorização apropriadas. O uso de diferentes premissas de mercado e/ou metodologia de estimativa poderão ter um efeito diferente nos valores estimados de mercado. Baseada nessa premissa, a Administração entende que o valor contábil dos instrumentos financeiros equivale aproximadamente a seu valor de mercado. Riscos de mercado - São possíveis mudanças nos preços do mercado que podem afetar os fluxos de caixa futuros e/ou o valor justo dos instrumentos financeiros da Sociedade. Os riscos de mercado são: • Riscos de moeda. • Riscos de taxa de juros. • Outros riscos de preços. Risco de moeda - Para o ano de 2021, a Administração entende que não há risco de moeda, devido à contratação do derivativo, instrumento de hedge para proteção dos seus passivos financeiros. E os ativos passaram a ser em reais. Administração dos riscos e a gestão dos instrumentos financeiros são realizadas por meio de políticas, definição de estratégias e implementação de sistemas de controle, definidos pelo vice-presidente de finanças Shared Services e gerente de report financeiro do grupo Subsea Production Systems Flexibles. A aderência das posições de tesouraria em instrumentos financeiros, incluindo os derivativos, em relação a essas políticas é apresentada e avaliada mensalmente pelo vice-presidente de finanças Shared Services e gerente de report financeiro do grupo Subsea Production Systems Flexibles. A gestão de riscos é realizada pela Tesouraria Central da Sociedade. A Sociedade classifica os derivativos em "financeiros". Os derivativos são derivativos não Deliverable Forward ("NDFs") em posições inversas às posições expostas, ou seja, no caso dos recebimentos em NDFs contratadas são passivas (vendidas) em Euro e no caso dos pagamentos as posições são ativas (compradas) em Dólares ou Euros. A NOV Flexibles contratou instrumentos financeiros derivativos no Euro durante a vigência dos contratos em outra moeda. Com início dos novos contratos em reais no segundo semestre de 2021, não houve mais a necessidade deste tipo de proteção em relação a receita e compras. A proteção ocorre atualmente na atualização do index de reajuste acordado em contrato. Segue abaixo a composição:		

	2021	2020
NDFs sobre receita em euro	-	309



continuação...

NOV Flexibles Equipamentos e Serviços Ltda.

CNPJ nº 13.812.133/0001-04

baseado em dados não observáveis de mercado. A classificação por Nível Hierárquico apresenta-se da seguinte forma para os instrumentos financeiros valorizados a valor justo:

	2021			2020		
	Valor justo	Nível	Total	Valor justo	Nível	Total
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	7.210	2	-	51.251	2	51.251
Aplicação financeira	6.700	2	-	8.201	2	8.201
	13.910			59.452		59.452

Ressaltamos que não foram observados instrumentos financeiros classificados como Nível 1 e 3 durante o período em análise e que não ocorreram transferências entre níveis neste mesmo período. **23. Cobertura de seguros:** Em 31 de dezembro de 2021, a cobertura de seguros contra riscos de

responsabilidade civil contra terceiros passou para R\$28.266 (R\$19.282 em 2020). Para a cobertura de risco operacional de R\$262.279, risco e garantia judicial R\$1.100 e risco de perdas a título de reclamações e ato danoso dos administradores de sociedade de capital fechado (D&O) no valor de R\$11.289 permanece o mesmo de 2020. Foram acrescidos novos seguros para operação portuária e transportes nacionais e internacionais no valor de R\$ 422.787. Os seguros da Sociedade são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos e seguros vigentes e dada a sua natureza não fazem parte do escopo dos nossos auditores independentes. **24. Eventos subsequentes:** Em 9 de fevereiro de 2022 houve a Cessão e Transferência de Quotas da Sociedade de forma que a Subseaflex Holding APS retirou-se da sociedade e transferiu de forma onerosa a totalidade das suas 821.071 (Oitocentas e vinte uma mil e setenta e uma) quotas que detém no capital social no

valor nominal total de R\$821.071 (oitocentos e vinte e um mil e setenta e um reais), à NOV Holding UK 2 Limited que ingressou na sociedade conforme 32ª Alteração contratual. Em 28 de março foi liquidado o empréstimo intercompany realizado junto a NOV (National) em novembro de 2021, no montante contratado de R\$ 10.000, com o pagamento efetivo sendo de R\$ 10.145. Foram feitos novos empréstimos em 2022 também junto a empresas do grupo (intercompany) a serem liquidados em abril e dezembro de 2022, junto as empresas:

Empresa	Valor	Liquidação (data)
National Oilwell Varco do Brasil Ltda	25.000	14/04/2022
NOV Downhole Eurasia Limited	104.606	30/12/2022
	129.606	

Leandro Cunha
Diretor Financeiro

Miri Anne Manhães Ferreira
Contadora CRC-112263/O-9 RJ

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Quotistas e Administradores **NOV Flexibles Equipamentos e Serviços Ltda.** - Rio de Janeiro - RJ - **Opinião** - Examinamos as demonstrações financeiras da NOV Flexibles Equipamentos e Serviços Ltda ("Companhia"), identificadas como, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Companhia em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião** - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras** - A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção rele-

vante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras** - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos enten-

dimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Rio de Janeiro, 20 de abril de 2022.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Ricardo Gomes Leite
Contador CRC-1RJ107146/O-1

National Oilwell Varco do Brasil Ltda.

CNPJ nº 02.650.425/0001-71

Balanco patrimonial 31/12/2021 e 2020 (Em milhares de reais)			
Ativo	Nota	2021	2020
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	148.776	128.500
Contas a receber	5	48.862	57.476
Partes relacionadas	6	24.409	12.466
Estoques	7	9.323	31.917
Tributos a compensar	8.1	12.438	4.357
Despesas antecipadas		191	132
Outros créditos		793	606
Total do ativo circulante		244.792	235.454
Não circulante			
Imobilizado	10	209.712	221.455
Direito de uso	14	626	1.769
Depósitos judiciais		70	154
Total do ativo não circulante		210.408	223.378
Total do ativo		455.200	458.832
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	11	3.854	3.025
Passivo de arrendamento	13	815	1.064
Partes relacionadas	6	11.945	8.583
Adiantamento de cliente	12	107.691	136.447
Obrigações com pessoal		4.325	3.485
Tributos a recolher	8.2	22.085	6.581
Provisões		2.897	4.264
Outras obrigações		200	-
Total do passivo circulante		153.813	163.449
Não circulante			
Passivo de arrendamento	13	708	1.883
Provisão para contingências	14	1.574	1.598
Imposto diferido	9	3.602	2.853
Outras obrigações		600	-
Total do passivo não circulante		6.484	6.334
Patrimônio líquido			
Capital social	15	435.692	435.692
Prejuízo acumulado		(140.789)	(146.643)
Total do passivo e patrimônio líquido		455.200	458.832

nas datas de cada transação. Os saldos das transações patrimoniais são convertidos nas datas de fechamento dos balanços. Os ganhos e perdas de variação cambial resultantes da liquidação de ativos ou passivos contratados em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício conforme o regime de competência. A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeriram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

2.3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas - A Administração da Sociedade se baseia em estimativas e premissas derivadas da experiência histórica e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, as quais se consideram razoáveis e relevantes. A aplicação das estimativas e premissas frequentemente requer julgamentos relacionados a assuntos que são incertos, com relação aos resultados das operações e ao valor dos ativos e passivos. Os resultados operacionais e posição financeira podem diferir se as experiências e premissas utilizadas na mensuração das estimativas forem diferentes dos resultados reais. As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo que poderiam causar um ajuste no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício contábil, são discutidas a seguir: **Redução do reconhecimento dos ativos imobilizados** - Os itens dos ativos imobilizados e intangível com prazo de vida útil definida que apresentem indicadores de perda de seu valor recuperável, com base em fatores financeiros, econômicos e considerando o prazo de maturação dos investimentos, têm seus valores contábeis anualmente revisados por meio de realização do teste de impairment conforme requerido pelo CPC 01. Ativos intangíveis com vida útil indefinida são submetidos a teste de impairment anualmente. **Vida útil dos ativos imobilizados** - A depreciação dos ativos imobilizados considera a melhor estimativa da Administração sobre a utilização destes ativos ao longo de suas operações. Mudanças no cenário econômico e/ou no mercado consumidor podem requerer a revisão dessas estimativas de vida útil. A Sociedade adota como procedimento a revisão periódica dos bens do ativo imobilizado com o objetivo de identificar possíveis perdas e efetua também, pelo menos anualmente, revisões da vida útil dos bens registrados no ativo imobilizado. Caso sejam identificadas, as alterações serão realizadas de forma prospectiva. **Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros** - A administração revisa pelo menos anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Sociedade registrou uma redução no valor de R\$4.720 em função da baixa de máquinas e equipamentos, uma vez que a Fernvale firmou o acordo de término de construção de 4 novos plataformas com a sociedade, conforme nota explicativa 10. **Provisões para riscos tributários, civis e trabalhistas** - Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação de evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos consultores jurídicos externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **Provisões para perdas estimadas de crédito** - Provisões para créditos de liquidação duvidosas e transferências para o balanço, uma vez que a Fernvale firmou o acordo de término de construção de 4 novos plataformas com a sociedade, conforme nota explicativa 10. **Provisões para riscos tributários, civis e trabalhistas** - Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação de evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos consultores jurídicos externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **Provisões para perdas estimadas de crédito** - Provisões para créditos de liquidação duvidosas e transferências para o balanço, uma vez que a Fernvale firmou o acordo de término de construção de 4 novos plataformas com a sociedade, conforme nota explicativa 10.

de outros resultados abrangentes se forem atendidas ambas as condições a seguir: • O ativo financeiro foi mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais. • Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados. A Sociedade não possui instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. **Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumentos patrimoniais)** - No reconhecimento inicial, a Sociedade pode optar, em caráter irrevogável, pela classificação de seus instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes quando atenderem à definição de patrimônio líquido nos termos do CPC 39 - Instrumentos financeiros: Apresentação e não forem mantidos para negociação. A classificação é determinada considerando-se cada instrumento, especificamente. Ganhos e perdas sobre estes ativos financeiros nunca são reclassificados para resultado. Os dividendos são reconhecidos como outras receitas na demonstração do resultado quando constituído o direito ao pagamento, exceto quando a Sociedade se beneficia desses proventos a título de recuperação de parte do custo do ativo financeiro, caso em que estes ganhos são registrados em outros resultados abrangentes. Instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes não estão sujeitos ao teste de redução ao valor recuperável. **Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado** - Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios. Não obstante os critérios para os instrumentos financeiros de dívida a ser classificados pelo custo amortizado, pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, conforme descrito acima, os instrumentos de dívida podem ser designados pelo valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se isso eliminar, ou reduzir significativamente, um descasamento contábil. Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros da Sociedade foram integralmente classificados na categoria de ativos financeiros ao custo amortizado, exceto com relação as aplicações financeiras, classificadas como ativo financeiro a valor justo por meio do resultado. Após reconhecimento inicial, os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado, Ativos financeiros não classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. **Redução do valor recuperável de ativos financeiros** - A Sociedade inicialmente avalia individualmente se existe evidência clara de perda por redução ao valor recuperável de cada ativo financeiro que seja individualmente significativa, ou em conjunto para ativos financeiros que sejam individualmente significativos. Se a Sociedade concluir que não existe evidência de perda por redução ao valor recuperável para um ativo financeiro individualmente avaliado, quer significativo ou não, o ativo é incluído em um grupo de ativos financeiros com características de risco de crédito semelhantes e é avaliado em conjunto em relação à perda por redução ao valor recuperável. Ativos que são avaliados individualmente e complementados por análises individuais e valores estimados com base nas perdas históricas. **Provisões para obsolescência** - Provisões para obsolescência são constituídas sobre as mercadorias sem demandas nos últimos 12-24 meses ou com demanda global anual inferior ao nível atual do estoque. Abaixo, segue o detalhamento dos percentuais das estimativas. A Sociedade registrou uma redução no valor do estoque de R\$6.124 no exercício.

Demonstrações dos resultados			
Exercícios findos em 31/12/2021 e 2020 (Em milhares de reais)			
	Nota	2021	2020
Receita líquida de vendas	16	145.529	113.125
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	17	(92.486)	(59.797)
Lucro bruto		53.043	53.328
Despesas gerais e administrativas	18	(28.480)	(33.939)
Despesa com pessoal	19	(20.697)	(19.787)
Outros resultados operacionais líquidos		(75)	(336)
		(49.252)	(54.062)
Resultado financeiro líquido	20	9.256	21.409
Receita financeira		15.287	23.515
Despesas financeira		(6.031)	(2.106)
Lucro antes do IRPJ e da CSLL		13.047	20.685
IRPJ e CSLL corrente	9	(6.444)	(1.586)
IRPJ e CSLL diferidos	9	(749)	(760)
Lucro líquido do exercício		5.854	18.339

Demonstrações dos resultados abrangentes			
Exercícios findos em 31/12/2021 e 2020 (Em milhares de reais)			
	2021	2020	
Lucro líquido do exercício	5.854	18.339	
Resultado abrangente do exercício	5.854	18.339	

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido			
Exercícios findos em 31/12/2021 e 2020 (Em milhares de reais)			
	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	435.692	(165.631)	270.061
Lucro do exercício	-	18.988	18.988
Saldos em 31 de dezembro de 2020	435.692	(146.643)	289.049
Lucro do exercício	-	5.854	5.854
Saldos em 31 de dezembro de 2021	435.692	(140.789)	294.903

Demonstrações dos fluxos de caixa			
Exercícios findos em 31/12/2021 e 2020 (Em milhares de reais)			
	2021	2020	
Fluxo de caixa das atividades operacionais	13.047	20.685	
Lucro antes do IRPJ e CSLL			
Itens de resultado que não afetam o caixa			
Depreciações e amortizações	8.016	7.541	
Depreciação sobre ativo de direito de uso	615	626	
Baixa de imobilizado da entidade	(507)	10.379	
Provisão (reversão) com perda de estoque	6.124	(4.852)	
Provisão para perda estimada de clientes	(28)	(30)	
Provisão para contingências	(24)	(48)	
Ativo de direito de uso	528	140	
Outras provisões	-	130	
Provisão perda de ativo (impairment)	4.720	2.880	
	32.491	37.181	
(Aumento) redução nos ativos			
Contas a receber	8.586	(7.455)	
Adiantamento a fornecedores	(1)	7	
Estoques	16.470	11.695	
Outros créditos	(186)	408	
Despesas antecipadas	(59)	(24)	
Tributos a compensar	(8.081)	(164)	
Partes relacionadas	(17.161)	-	
(Redução) aumento nos passivos			
Fornecedores	829	(694)	
Adiantamento de clientes	(28.756)	26.660	
Partes relacionadas	3.362	2.207	
Salários a pagar e encargos sociais	841	(437)	
Tributos a recolher	15.504	(1.077)	
Provisões	(1.427)	-	
Outras obrigações	800	(88)	
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	22.684	68.079	
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de imobilizado	(1.500)	(3.710)	
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(1.500)	(3.710)	
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Pagamento de arrendamento	(1.436)	(299)	
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	(1.436)	(299)	
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	20.276	64.210	
Aumento (redução) do aumento de caixa e equivalentes de caixa			
No início do período	128.500	64.290	
No final do período	148.776	128.500	
	20.276	64.210	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras - 31/12/2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A National Oilwell Varco do Brasil Ltda. ("Sociedade") foi constituída em 13 de julho de 1998 e possui sede social na Av. República do Chile, 500, salas 2401 a 2410 - Centro, Rio de Janeiro e base operacional na Rua Piloto Rommel Oliveira Garcia, 1307 e 1357, Fazenda Bela Vista - Imboassica, Macaé, Rio de Janeiro. A Sociedade tem como objeto social principal (i) a prestação de serviços de instalação, manutenção, reparo, assistência técnica e testes de equipamentos e maquinários para prospeção, exploração e industrialização de petróleo e minério em geral, e de equipamentos relativos à melhoria do meio ambiente; (ii) o treinamento de operadores e de técnicos dos equipamentos, bem como o assessoramento na compra e venda dos equipamentos, mencionados no item (i); e (iii) a compra e venda de peças para reparos e manutenção dos equipamentos para prospeção, exploração, industrialização de petróleo e minério em geral, e de equipamentos relativos à melhoria do meio ambiente, dentre outras atividades. Em 31 de dezembro de 2021, a Sociedade apresenta lucro em função basicamente das operações de Aftermarket e do ganho financeiro gerado pelas suas disponibilidades de Caixa, em especial, pelo o ganho de variação cambial na reavaliação de moeda estrangeira depositada em Banco no exterior. Assim como, pela redução de custo e adequação das despesas, frente a redução dos investimentos da Petrosbras em novos equipamentos de nossa fabricação. Em 2016 a Sociedade iniciou a paralisação da fabricação das 6 plataformas contratadas pela Fernvale, devido à dificuldade da SETE Brasil em obter financiamento para a continuidade do projeto de conteúdo local. Em 2018 a SETE Brasil elaborou um plano de recuperação mantendo 2 plataformas (Frade e Urca), sendo o plano aprovado no final de 2019 e atualmente em revisão, com expectativa da reativação da construção das plataformas Frade e Urca em 2022. O contrato para a fabricação das demais 04 plataformas foram efetivamente cancelados em 2021, sendo acordado que o valor de USD 4.882.706 referentes ao saldo de adiantamento recebido, será devolvido em 5 parcelas (as 3 primeiras parcelas serão no total de USD 3.417.894 em 09/07/2022, parcela 4 no valor de USD 976.541 em 09/01/2023, parcela 5 no valor de USD 488.271 em 09/04/2023). A Sociedade informa que vem tomando as medidas preventivas e de mitigação dos riscos em linha com as diretrizes estabelecidas pelas autoridades de saúde e não vislumbra impactos econômico-financeiros significativos ou riscos à continuidade de seus negócios. O atual cenário com preços mais elevados para as commodities e, principalmente, a disparada mundial do preço do Barril do Petróleo, contribui para um maior desenvolvimento e investimentos na Indústria de exploração de Petróleo e Gás Natural, gerando um impacto positivo no volume de operações de after market da Sociedade.

2. Base de preparação das demonstrações financeiras: 2.1. Declaração de conformidade - As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto pela valorização de certos ativos financeiros, mensurados a valor justo através do resultado. A Administração avaliou a capacidade da Sociedade em continuar operando normalmente e está convencida de que a mesma possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras da Sociedade foram preparadas e estão sendo apresentadas com base nesse pressuposto. Em 28 de abril de 2022, a Administração da Sociedade autorizou a conclusão e divulgação das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação - A moeda funcional da Sociedade é o Real, mesma moeda de apresentação das demonstrações financeiras. As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Sociedade utilizando a taxa de câmbio

de outros resultados abrangentes se forem atendidas ambas as condições a seguir: • O ativo financeiro foi mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais. • Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados. A Sociedade não possui instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. **Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumentos patrimoniais)** - No reconhecimento inicial, a Sociedade pode optar, em caráter irrevogável, pela classificação de seus instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes quando atenderem à definição de patrimônio líquido nos termos do CPC 39 - Instrumentos financeiros: Apresentação e não forem mantidos para negociação. A classificação é determinada considerando-se cada instrumento, especificamente. Ganhos e perdas sobre estes ativos financeiros nunca são reclassificados para resultado. Os dividendos são reconhecidos como outras receitas na demonstração do resultado quando constituído o direito ao pagamento, exceto quando a Sociedade se beneficia desses proventos a título de recuperação de parte do custo do ativo financeiro, caso em que estes ganhos são registrados em outros resultados abrangentes. Instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes não estão sujeitos ao teste de redução ao valor recuperável. **Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado** - Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios. Não obstante os critérios para os instrumentos financeiros de dívida a ser classificados pelo custo amortizado, pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, conforme descrito acima, os instrumentos de dívida podem ser designados pelo valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se isso eliminar, ou reduzir significativamente, um descasamento contábil. Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros da Sociedade foram integralmente classificados na categoria de ativos financeiros ao custo amortizado, exceto com relação as aplicações financeiras, classificadas como ativo financeiro a valor justo por meio do resultado. Após reconhecimento inicial, os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. **Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado** - Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado, Ativos financeiros não classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. **Redução do valor recuperável de ativos financeiros** - A Sociedade inicialmente avalia individualmente se existe evidência clara de perda por redução ao valor recuperável de cada ativo financeiro que seja individualmente significativa, ou em conjunto para ativos financeiros que sejam individualmente significativos. Se a Sociedade concluir que não existe evidência de perda por redução ao valor recuperável para um ativo financeiro individualmente avaliado, quer significativo ou não, o ativo é incluído em um grupo de ativos financeiros com características de risco de crédito semelhantes e é avaliado em conjunto em relação à perda por redução ao valor recuperável. Ativos que são avaliados individualmente e complementados por análises individuais e valores estimados com base nas perdas históricas. **Provisões para obsolescência** - Provisões para obsolescência são constituídas sobre as mercadorias sem demandas nos últimos 12-24 meses ou com demanda global anual inferior ao nível atual do estoque. Abaixo, segue o detalhamento dos percentuais das estimativas. A Sociedade registrou uma redução no valor do estoque de R\$6.124 no exercício.

	2021	2020
Estoque com mais de 24 meses sem uso	100%	100%
Estoque com mais de 12 meses sem uso	45%	45%
Estoque superior ao consumo de 12 meses	20%	20%

2.4. Políticas contábeis - Direito de uso - A Sociedade como arrendatária, reconhece os ativos de direito de uso que representam seus direitos de utilizar os ativos subjacentes e os passivos que representam sua obrigação de efetuar pagamentos de arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo. A depreciação é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente dos contratos. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento que não foram pagos na data de início, descontados pela taxa de juros incremental, que é definida como a taxa equivalente ao que o arrendatário teria que pagar ao financiar, por prazo semelhante com a garantia semelhante, para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso no mesmo ambiente econômico. A Sociedade optou por não reconhecer os ativos de direito de uso e os passivos de arrendamento para arrendamentos de baixo valor, bem como os curto prazo conforme permitido na norma. **2.5. Pronunciamentos contábeis novos ou revisados** - As normas e interpretações novas e alteradas emitidas descritas abaixo, mas não ainda em vigor para 2021 a Sociedade decidiu não adotar antecipadamente. **2.5.1. Alteração CPC 26 R1 - Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes** - As alterações esclarecem que a classificação se baseia nos direitos existentes na data do balanço, especificam que a classificação não é afetada pelas expectativas sobre se uma entidade irá exercer seu direito de postergar a liquidação do passivo, explicam que os direitos existentes se as cláusulas restritivas são cumpridas a data do balanço e introduzem a definição de liquidação para esclarecer que a liquidação se refere à transferência para o balanço, em valor e em caixa, dos instrumentos patrimoniais ou dos ativos ou serviços. **2.5.2. Alteração CPC 23 - Definição de estimativas contábeis** - As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros, além de esclarecer como a entidade usa as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis. **2.5.3. Alteração CPC 26 - expediente Prático 2 do IFRS Divulgação das políticas** - As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem as políticas contábeis que são úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas. **2.5.4. Alteração CPC 32 - Impostos diferidos ativos e passivos originários de transação única** - As alterações introduzem uma exceção adicional da isenção de reconhecimento inicial, de forma que a entidade não deve aplicar a isenção de reconhecimento inicial para transações que resultam em diferenças temporárias financeiras líquidas no balanço. **2.5.5. Alteração CPC 32 - Instrumentos contábeis: 3.1. Reconhecimento das receitas** - A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Sociedade e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. **Venda de produtos** - A receita de venda de produtos é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos forem transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega. **Prestação de serviços** - A receita de prestação de serviços é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Sociedade e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida. **Receita de juros** - As receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros na rubrica de ativos financeiros. **3.2. Instrumentos de dívida** - A Sociedade reconhece o reconhecimento inicial e mensuração subsequente - Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade. **3.2.1. Ativos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração** - Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Sociedade para a gestão destes ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contêm um componente de financiamento significativo ou para as quais a Sociedade tenha aplicado o expediente prático, a Sociedade inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. As contas a receber de clientes que não contêm um componente de financiamento significativo ou para as quais a Sociedade tenha aplicado o expediente prático são mensuradas pelo preço de transação determinado de acordo com o CPC 47. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. O modelo de negócios da Sociedade para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Sociedade se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros da Sociedade são representados pelo caixa e equivalentes de caixa. **Mensuração subsequente** - Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias: • Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumento de dívida). • Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumento de dívida). • Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais). • Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. **Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumento de dívida)** - A Sociedade mensurará os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas: • O ativo financeiro foi mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais. • Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros da Sociedade ao custo amortizado incluem contas a receber de clientes, empréstimos a coligadas, incluídos em outros ativos não circulantes. **Ativos financeiros a valor justo por meio de outros resultados abrangentes** - A Sociedade avalia os instrumentos financeiros de dívida ao valor justo por meio

de outros resultados abrangentes se forem atendidas ambas as condições a seguir: • O ativo financeiro foi mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais. • Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados. A Sociedade não possui instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. **Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumentos patrimoniais)** - No reconhecimento inicial, a Sociedade pode optar, em caráter irrevogável, pela classificação de seus instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes quando atenderem à definição de patrimônio líquido nos termos do CPC 39 - Instrumentos financeiros: Apresentação e não forem mantidos para negociação. A classificação é determinada considerando-se cada instrumento, especificamente. Ganhos e perdas sobre estes ativos financeiros nunca são reclassificados para resultado. Os dividendos são reconhecidos como outras receitas na demonstração do resultado quando constituído o direito ao pagamento, exceto quando a Sociedade se beneficia desses proventos a título de recuperação de parte do custo do ativo financeiro, caso em que estes ganhos são registrados em outros resultados abrangentes. Instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes não estão sujeitos ao teste de redução ao valor recuperável. **Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado** - Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios. Não obstante os critérios para os instrumentos financeiros de dívida a ser classificados pelo custo amortizado, pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, conforme descrito acima, os instrumentos de dívida podem ser designados pelo valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se isso eliminar, ou reduzir significativamente, um descasamento contábil. Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros da Sociedade foram integralmente classificados na categoria de ativos financeiros ao custo amortizado, exceto com relação as aplicações financeiras, classificadas como ativo financeiro a valor justo por meio do resultado. Após reconhecimento inicial, os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado, Ativos financeiros não classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. **Redução do valor recuperável de ativos financeiros** - A Sociedade inicialmente avalia individualmente se existe evidência clara de perda por redução ao valor recuperável de cada ativo financeiro que seja individualmente significativa, ou em conjunto para ativos financeiros que sejam individualmente significativos. Se a Sociedade concluir que não existe evidência de perda por redução ao valor recuperável para um ativo financeiro individualmente avaliado, quer significativo ou não, o ativo é incluído em um grupo de ativos financeiros com características de risco de crédito semelhantes e é avaliado em conjunto em relação à perda por redução ao valor recuperável. Ativos que são avaliados individualmente e complementados por análises individuais e valores estimados com base nas perdas históricas. **Provisões para obsolescência** - Provisões para obsolescência são constituídas sobre as mercadorias sem demandas nos últimos 12-24 meses ou com demanda global anual inferior ao nível atual do estoque. Abaixo, segue o detalhamento dos percentuais das estimativas. A Sociedade registrou uma redução no valor do estoque de R\$6.124 no exercício.

	2021	2020
Estoque com mais de 24 meses sem uso	100%	100%
Estoque com mais de 12 meses sem uso	45%	45%
Estoque superior ao consumo de 12 meses		

continuação...

National Oilwell Varco do Brasil Ltda.

CNPJ nº 02.650.425/0001-71

da sociedade, não foram identificados impactos nas demonstrações financeiras para o ICPC 22 Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro para o exercício de 2021.

	2021	2020
4. Caixa e equivalentes de caixa		
Caixa	-	3
Contas correntes - Brasil	699	123
Contas correntes - EUA	135.913	109.484
Aplicação financeira	12.164	18.890
	148.776	128.500

O excedente de caixa da Sociedade é aplicado em ativos financeiros de baixo risco, sendo os principais instrumentos financeiros representados por títulos de renda fixa. Os investimentos têm alta liquidez, sendo prontamente conversíveis em recursos disponíveis de acordo com as necessidades de caixa da Sociedade. As aplicações financeiras da Sociedade buscam rentabilidade compatível com as variações do CDI. **5. Contas a receber:** Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a composição do saldo de contas a receber está demonstrada a seguir:

	2021	2020
Contas a receber de clientes	11.713	26.433
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa	(57)	(85)
Contas a receber de clientes (POC)	8.200	13.863
Receita a faturar de projetos e reversão de receitas (*)	29.006	17.265
	48.862	57.476

(*) O valor a faturar referem-se a serviços finalizados, não faturados devido a cortes para recebimento de notas fiscais determinados pelos clientes e impedimento de faturar sem o recebimento da ordem de pagamento atualizado nos casos de cotações de valores estimados para o serviço. A Sociedade monitora suas contas a receber em atraso, sendo o saldo da provisão para perda estimada de clientes. Existem valores referentes ao cliente Fernvale PTE Ltda que compõem o saldo do contas a receber de dezembro de 2021, no montante de R\$ 11.630 que estão abertos a mais de 365 dias, porém não faz parte da composição de créditos de liquidação duvidosa, devido ao fato de que a Sociedade possui adiantamentos efetuados referente a construção de plataforma que estão sendo discutidas sua efetiva devolução, juntamente com os saldos em aberto a serem recebidos pela Fernvale. **6. Transações com partes relacionadas:** A Sociedade mantém operações em condições específicas e em montantes significativos com partes relacionadas. Conseqüentemente, o resultado de suas operações poderia ser diferente daquele obtido se tais transações fossem realizadas com partes não relacionadas. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os saldos e as transações com partes relacionadas podem ser assim resumidos:

	2021	2020
Ativo		
Contas a receber de partes relacionadas	7.248	12.466
Estoques - importações em andamento (Nota 7)	574	138
Adiantamento com partes relacionadas	485	533
Mútuo com NOV Flexível	10.000	-
Mútuo com NOV ISE	7.161	-
	25.468	13.137
Passivo		
Contas a pagar com partes relacionadas	(11.495)	(8.583)
	(11.495)	(8.583)

Demonstração do resultado
 Receita com vendas material, serviços e aluguel 10.619 13.056
 Custos das vendas material, serviços e aluguel (2.685) (3.934)
7.934 9.122

As transações com partes relacionadas referem-se, basicamente, a aquisição de materiais e matérias-primas, serviços de manutenção e diárias de técnicos estrangeiros. **7. Estoques:** Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a composição analítica do saldo da conta estoques é a seguinte:

	2021	2020
Estoque de terceiros para revenda (i)	16.556	17.928
Serviços em andamento (ii) (**)	1.532	29.377
Ajustes de materiais faturados e não entregues	79	16
Provisão para obsolescência e perda com serviços em andamento	(9.418)	(15.542)
Importação em trânsito com partes relacionadas (iii) (*)	574	138
	9.323	31.917

(i) Peças de equipamentos de fabricação NOV. (ii) Custos incorridos para atender ordens de compras de clientes em prestação de serviços de instalação, manutenção, reparo, assistência técnica e testes de equipamentos NOV, mais o estoque para atender ao contrato da Fernvale, referente a construção das plataformas que esta parada e esta para ser retornado, conforme nota 1. (iii) Peças de equipamentos NOV compradas com partes relacionadas para atender aos itens (i) e (ii). (*) Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o total das importações em andamento foram efetuadas com partes relacionadas (Nota 6). (**) Com o cancelamento das 4 plataformas (citadas na nota 1) foi realizada a baixa de R\$ 25.837 mil de custos já incorridos. **8. Tributos a compensar e a recolher: 8.1. Tributos a compensar** - Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a composição analítica do saldo da conta tributos a compensar é a seguinte:

	2021	2020
Tributos retidos na fonte	2.250	1.525
IRPJ a recuperar	3.857	-
CSLL a recuperar	1.250	-
COFINS a recuperar	4.117	2.312
PIS a recuperar	894	502
Outros a recuperar	70	18
Total	12.438	4.357

8.2. Tributos a recolher: Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a composição analítica do saldo da conta tributos a recolher é a seguinte:

	2021	2020
Tributos retidos na fonte	1.237	2.303
INSS a recolher	2.225	1.520
FGTS a recolher	690	482
ICMS a recolher	2.226	427
IPJ a recolher	136	178
IRPJ a recolher	4.572	-
PIS a recolher	1.539	64
CSLL a recolher	1.694	-
ISS a recolher	677	167
Cofins a recolher	7.089	279
Provisão impostos s/ invoices internacional	-	1.161
Total	22.085	6.581

A Sociedade apurou lucro fiscal e base negativa de contribuição social para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020. **9. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos: 9.1. Imposto de renda e contribuição social - Diferidos** - Foram efetuadas provisões para imposto de renda e contribuição social diferidos passivos sobre diferenças temporárias, para fins de tributação, das despesas de depreciação fiscal e societária. O cálculo dos tributos diferidos é demonstrado conforme abaixo:

	2021	2020
Saldo inicial passivo fiscal diferido	(2.851)	(2.093)
Diferença taxa de depreciação	(749)	(758)
	(3.600)	(2.851)
IRPJ diferido (25%)	(2.664)	(2.110)
CSLL diferido (9%)	(936)	(741)
Tributos diferidos Passivos	(3.600)	(2.851)
Movimentação	2021	2020
Saldo inicial	(2.851)	(2.093)
Incremento do IRPJ e CSLL diferido	(749)	(758)
Saldo final	(3.600)	(2.851)

A Sociedade não constitui imposto de renda e contribuição social diferidos ativos por não possuir expectativa de lucros em períodos subsequentes. O saldo de imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos serão realizados à medida que as diferenças temporárias sejam realizadas ou se enquadrarem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal. **9.2. Imposto de renda e contribuição social - reconciliação da alíquota efetiva** - Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do exercício são demonstrados como segue:

	2021	2020
Lucro antes do IRPJ e CSLL	13.047	20.685
Imposto de renda e contribuição social (34%)	4.436	7.033
Adições Permanentes:	5.592	8.754
Provisões não dedutíveis	4.824	-
Baixa de inventário obsoleto	492	7.759
Perda de devedores duvidosos	-	475
Perda de inventário	28	144
Bônus dirigentes	8	105
Despesas com veículos indedutíveis	50	67
Equipamentos deduzidos como despesa	74	63
Suprimentos	64	69
Brindes e ofertas	12	8
Outras despesas	42	64
Exclusões Permanentes:	-	(12.667)
Reversão de provisões não dedutíveis	-	(12.667)
Deduções Permanentes:	(2.835)	(774)
(-) Prejuízo fiscal e Base de Cálculo Negativa	(2.742)	(770)
(-) P.A.T	(113)	(33)
(-) Demais ajustes / Adicional de IRPJ	20	28
Alíquota Efetiva	7.193	2.346
IRPJ/CSLL Corrente	6.266	1.586
IRPJ/CSLL Corrente - períodos anteriores	178	-
IRPJ/CSLL Diferido	749	760
Total IRPJ / CSLL	7.193	2.346

A despesa de IRPJ e CSLL diferida para o ano foi de aproximadamente R\$749 mil, atingindo um saldo acumulado de aproximadamente R\$3.600 mil. A alíquota nominal para o imposto de renda pessoa jurídica é de 15% + 10% de adicional e para a contribuição social é de 9%. Em 31 de dezembro de 2021, foi reconhecido uma alíquota efetiva de IRPJ e de CSLL de 55%, os principais fatores para esse percentual se referem a constituição de provisões não dedutíveis no montante de R\$4.824 mil.

	2021		2020	
	Taxa média anual de depreciação	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Terrenos	-	38.622	38.622	38.622
Edifícios	3%	192.674	(33.018)	159.656
Máquinas e equipamentos	10%	29.322	(20.255)	9.067
Instalações	20%	2.003	(2.003)	-
Móveis e utensílios	10%	4.107	(2.900)	1.207
Equipamentos de informática	20%	5.343	(4.461)	882
Equipamentos eletrônicos	10%	2.532	(2.532)	-
Veículos	20%	632	(550)	82
Software	33%	169	(169)	-
		275.404	(65.888)	209.516
Obras em andamento		196	-	196
		275.600	(65.888)	209.712

	Terrenos	Edifícios	Máquinas e equipamentos	Instalações	Móveis e utensílios	Equip. de informática	Equip. eletrônicos	Veículos	Software	Obras em andamento	Total
Custo em 31/12/2020	38.622	192.554	25.639	2.003	4.107	4.699	2.532	863	169	3.419	274.607
Adições	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.500
Baixas	-	-	(276)	-	-	-	-	(231)	-	-	(507)
Transferências	-	120	3.959	-	-	644	-	-	-	-	5.523
Em 31/12/2021	38.622	192.674	29.322	2.003	4.107	5.343	2.532	632	169	196	275.600
Depreciação acumulada em 31/12/2020	-	(27.511)	(13.698)	(1.769)	(2.558)	(4.165)	(2.532)	(750)	(169)	-	(53.152)
Adições	-	(5.507)	(2.011)	(234)	(342)	(296)	-	(30)	-	-	(8.420)
Baixas	-	-	174	-	-	-	-	230	-	-	404
Em 31/12/2021	-	(33.018)	(15.535)	(2.003)	(2.900)	(4.461)	(2.532)	(550)	(169)	-	(61.168)
Impairment	-	-	(4.720)	-	-	-	-	-	-	-	(4.720)
Valor líquido em 2021	38.622	159.656	9.067	-	1.207	882	-	82	-	196	209.712
Custo em 31/12/2019	41.502	201.953	26.021	2.003	4.107	4.699	2.532	1.019	169	151	284.156
Adições	-	-	(636)	-	-	-	-	(156)	-	3.710	3.710
Baixas	-	(1.045)	254	-	-	-	-	-	-	-	(792)
Transferências	-	(8.354)	-	-	-	-	-	-	-	(442)	(1.233)
Em 31/12/2020	41.502	192.554	25.639	2.003	4.107	4.699	2.532	863	169	3.419	277.487
Depreciação acumulada em 31/12/2019	-	(23.249)	(11.631)	(1.369)	(2.168)	(3.693)	(2.505)	(827)	(169)	-	(45.611)
Adições	-	(5.582)	(2.416)	(400)	(390)	(472)	(27)	(80)	-	-	(9.367)
Baixas	-	-	349	-	-	-	-	157	-	-	506
Transferências	-	1.320	-	-	-	-	-	-	-	-	1.320
Em 31/12/2020	-	(27.511)	(13.698)	(1.769)	(2.558)	(4.165)	(2.532)	(750)	(169)	-	(53.152)
Impairment	(2.880)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.880)
Valor líquido em 2020	38.622	165.043	11.941	234	1.549	534	-	113	-	3.419	221.455

11. Fornecedores: Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a composição do saldo da conta fornecedores por prazo de vencimento está demonstrada a seguir:

	2021	2020
Contas a pagar diversos	3.854	3.025
	3.854	3.025
Aging	2021	2020
A vencer	3.801	-
Vencidas de 1 a 30 dias	28	-
Vencidas de 31 a 60 dias	17	-
Vencidas de 61 a 90 dias	9	-
Vencidas de 91 a 120 dias	-	-
Vencidas de 121 a 180 dias	-	-
Vencidas há mais de 180 dias	-	-
Total	3.854	-

12. Adiantamento de clientes: Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a composição analítica do saldo da conta de adiantamento de cliente é a seguinte:

	2021	2020
Fernvale Pte Ltd.	68.161	104.667
Trancoean Brasil Limitada	39.385	31.045
Outros clientes	145	735
Total	107.691	136.447

Do saldo de R\$68.161 em adiantamento com a Fernvale, o valor de R\$54.563 é referente ao contrato de construção da Plataforma Frade que está com previsão de retomada para 2022, a plataforma URCA não consta saldo de adiantamento. Restando um saldo a devolver de R\$13.598 ao cliente referente ao término do contrato de fabricação das plataformas 3-6. A expectativa de pagamento da operação será em julho de 2022, janeiro e abril de 2023, nos valores de R\$ 5.439, R\$ 5.439 e R\$ 2.720 respectivamente, que será pago em dólar. **13. Direito de uso ativo e passivo de arrendamento:** A National Oilwell Varco do Brasil Ltda tem como ativo de direito de uso principal o aluguel do imóvel da Matriz localizada na Av. República do Chile, 500, salas 2401 a 2410 - Centro, Rio de Janeiro, com efeitos correspondentes no passivo, denominado passivo de arrendamento. As taxas adotadas para os ativos de direito de uso, foram obtidas junto ao Banco Barclays pela tesouraria do corporativo da NOV em Houston. A movimentação do direito de uso, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, foi a seguinte:

	2021	2020
Impairment	-	741
Amortização	615	624
Outros	11	1
Saldo final	626	1.366
Ativo não circulante	626	1.769

A movimentação do passivo de arrendamento, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, foi a seguinte:

	2021	2020
Direito de uso passivo	1.523	2.947
Provisão dos contratos (**)	2.412	3.848
Pagamento de principal	(961)	(997)
Apropriação de juros	72	96
Direito de uso passivo	1.523	2.947
Passivo circulante	815	1.064
Passivo não circulante	708	1.883

(**) Não houve novas aquisições em 2021, houve a devolução do veículo enquadrado no CPC 06 (R2).

14. Provisão para contingências

	2021	2020			
14.1. Contingências passivas com risco provável					
Provisão para processos trabalhistas	1.574	1.598			
A Administração avalia as contingências existentes em função dos processos judiciais movidos contra a Sociedade, analisando as expectativas de perdas dos processos, classificando-os em grupo de risco como provável, possível ou remota e, se necessário, constitui provisão para fazer face a perdas prováveis. O julgamento da Administração leva em consideração a opinião de seus advogados externos e internos com relação à expectativa de êxito de cada processo. As provisões apresentadas a seguir referem-se a processos judiciais registradas na Sociedade, com expectativa de perda provável. A movimentação das provisões durante o exercício é como se segue:					
	31/12/2020	Constituições	Reversões	Pagamentos	31/12/2021
Trabalhistas	1.598	87	(19)	(92)	1.574
Total					



continuação...

National Oilwell Varco do Brasil Ltda.

CNPJ nº 02.650.425/0001-71

razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados

às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a

Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 28 de abril de 2022.

ERNST & YOUNG
Audítores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6



Ricardo Gomes Leite
Contador CRC-1RJ107146/O-1

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/819B-A1E5-FA87-036F> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 819B-A1E5-FA87-036F



Hash do Documento

A9D635C36CBAE9E0EF59B7421046315C6E95234AF4CD1E78F6845BC5080EE5DA

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 29/04/2022 é(são) :

- Ricardo De Lyra Ribeiro (Signatário) - 029.427.677-74 em 29/04/2022 18:07 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - JORNAL CORPORATIVO S.A. - 10.484.078/0001-82

